PROJETO DE NORMA REGULAMENTAR

PLANOS DE POUPANÇA-REFORMA – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SOBRE COMISSÕES, RENDIBILIDADE E RISCO

O Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 125/2009, de 22 de maio, pela Lei n.º 57/2012, de 9 de setembro e pela Lei n.º 44/2013, de 3 de julho, estabelece, no n.º 3 do artigo 1.º, que os fundos de poupança-reforma que financiam planos de poupança-reforma (PPR) podem revestir as formas de “fundo de investimento mobiliário”, “fundo de pensões” e “fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo Vida”.

De entre os aspetos que relevam para a compreensão efetiva das características de um PPR, e que contribuem para a sua comparabilidade, destacam-se a natureza e o montante das comissões, bem como a informação relativa à rendibilidade, incluindo, quando aplicável, a rendibilidade garantida.

Nestes termos, a Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), através da emissão da Norma Regulamentar n.º 15/2008-R, de 4 de dezembro, alterada pela Norma Regulamentar n.º 11/2009-R, de 30 de julho, criou um sistema de divulgação com o objetivo de coligir e apresentar, de forma sistematizada e de fácil acesso, a informação sobre as comissões e a rendibilidade de cada PPR constituído sob a forma de “contrato de seguro não ligado a fundos de investimento”, quer se encontrem ou não em fase de comercialização.

Pela presente norma regulamentar procede-se à extensão do âmbito de aplicação do sistema de informação sobre comissões e rendibilidade, abrangendo os PPR financiados por fundos autónomos de uma modalidade de seguro do ramo Vida, ligados ou não a fundos de investimento, e os PPR sob a forma de fundo de pensões, bem como à inclusão de informação sobre o nível de risco que é assumido pelos participantes.

Efetua-se, ainda, uma alteração às fórmulas de cálculo das comissões de subscrição, transferência e reembolso, com a finalidade de que se tornem comparáveis entre produtos, uma vez que usualmente as bases de incidência das comissões são diferentes, bem como uma alteração à taxa de rendibilidade, com o objetivo de promover a divulgação e a equiparação entre as diversas formas que os PPR podem revestir nesta matéria.

Os ajustes ao sistema de divulgação de informações sobre PPR, visam tornar acessível ao consumidor / investidor, diversos indicadores fundamentais relativamente aos produtos elegíveis no mercado, por forma a permitir a sua efetiva comparabilidade e a promover decisões mais informadas, aumentando a transparência e reforçando a proteção do consumidor.

O projeto da presente norma regulamentar esteve em processo de consulta pública, nos termos do artigo 47.º dos Estatutos da ASF, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, tendo sido considerados os contributos recebidos nos termos do Relatório da Consulta Pública n.º [...] / [...].

Assim, a ASF, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 158/2002, de 2 de Julho, nas subalíneas *i)* e *ii)* da alínea *a)* do n.º 4 do artigo 81.º do regime jurídico de acesso e exercício da atividade seguradora e resseguradora, aprovado pela Lei n.º 147/2015, de 9 de setembro, e no n.º 4 do artigo 150.º do regime jurídico da constituição e do funcionamento dos fundos de pensões e das entidades gestoras de fundos de pensões, aprovado pela Lei n.º 27/2020, de 23 de julho, bem como na alínea *a)* do n.º 3 do artigo 16.º dos seus Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 1/2015, de 6 de janeiro, emite a seguinte Norma Regulamentar:

Artigo 1.º

Objeto

A presente norma regulamentar tem por objeto estabelecer o conjunto de informações que as empresas de seguros e as sociedades gestoras de fundos de pensões, que comercializam em Portugal fundos de poupança-reforma que financiam planos de poupança-reforma (PPR) sob a forma de fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo Vida e sob a forma de fundo de pensões, devem reportar à Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões (ASF), bem como os termos e prazos desse envio, para efeitos de divulgação pública no sítio da ASF na Internet.

Artigo 2.º

Informação a reportar

1 — Relativamente a cada PPR financiado por fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo Vida ou por fundo de pensões, as empresas de seguros e as sociedades gestoras

de fundos de pensões devem reportar à ASF, para efeitos de divulgação no respetivo sítio da Internet, informação relativa ao seguinte:

a) Aos valores mínimos e máximos para cada uma das comissões, que de seguida se indicam, se estipuladas:

i) Comissão de subscrição;

ii) Comissão de transferência; e

iii) Comissão de reembolso.

b) À taxa de custos de gestão anual do último ano civil, conforme definido no artigo 3.º;

c) À garantia do capital e, em caso afirmativo, se se mantém a todo o tempo, no vencimento ou outra situação;

d) À garantia da rendibilidade e, em caso afirmativo, se se mantém a todo o tempo, no vencimento ou outra situação;

e) À taxa de rendibilidade mínima garantida relativa ao ano civil em curso;

f) À taxa de rendibilidade anualizada a um, três e cinco anos, conforme definido no artigo 4.º; e

g) Ao indicador de risco, conforme definido no artigo 5.º.

2 — Os valores a que se referem as alíneas *a)*, *b)*, *e)* e *f)* do número anterior devem ser expressos em percentagem com duas casas decimais.

3 — Os valores das comissões referidas na alínea *a)* do n.º 1 são calculados de acordo com o anexo I à presente norma regulamentar.

4 — Sem prejuízo do n.º 1, as empresas de seguros e as sociedades gestoras de fundos de pensões devem remeter à ASF, relativamente a cada PPR, informação sobre a ficha individual padronizada, conforme o modelo constante do anexo II à presente norma regulamentar.

5 — A linguagem utilizada na elaboração da ficha individual padronizada deve ser clara, sintética e facilmente compreensível para o consumidor.

Artigo 3.º

Taxa de custos de gestão anual

A taxa anual referida na alínea *b)* do n.º 1 do artigo anterior é obtida com referência ao último ano civil e através do quociente entre as comissões de gestão e de depósito cobradas ao PPR e os valores relativos:

a) À média ponderada em função do tempo (*pro rata temporis*) dos valores do plano de poupança de cada participante, sem dedução das comissões de gestão e de depósito, no caso de PPR financiado por fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo Vida;

b) Ao valor médio do fundo de pensões após a dedução de todas as despesas previstas no artigo 52.º do RJFP, com exceção das previstas na alínea *d)* do n.º 1 desse mesmo artigo, no caso de PPR financiado sob a forma de fundo de pensões.

Artigo 4.º

Taxa de rendibilidade

1 —A taxa de rendibilidade a um ano, referida na alínea *f)* do n.º 1 do artigo 2.º, relativa a PPR sob a forma de contrato de seguro do ramo Vida não ligado a fundos de investimento, é determinada com referência ao último ano civil e através do quociente entre o valor correspondente ao rendimento garantido, adicionado da participação nos resultados distribuída e deduzido das comissões de gestão e de depósito e do valor referido na alínea *a)* do artigo 3.º.

2 —A taxa de rendibilidade a três e a cinco anos, referida na alínea *f)* do n.º 1 do artigo 2.º, relativa a PPR sob a forma de contrato de seguro do ramo Vida não ligado a fundos de investimento, é determinada com referência aos últimos três e cinco anos civis, respetivamente, e através da média aritmética simples das taxas de rendibilidade.

3 —A taxa de rendibilidade, referida na alínea *f)* do n.º 1 do artigo 2.º, relativa a PPR sob a forma de contrato de seguro do ramo Vida ligado a fundos de investimento e de fundo de pensões é determinada através da fórmula apresentada no anexo III à presente norma regulamentar.

Artigo 5.º

Indicador de risco

1 — Em relação aos PPR sob a forma de contrato de seguro do ramo Vida ligado a fundos de investimento ou de fundo de pensões, deve ser reportado, para cada fundo autónomo ou fundo de pensões, um indicador de risco, apurado com base na volatilidade dos últimos cinco anos, de acordo com a metodologia constante do anexo IV à presente norma regulamentar.

2 — Caso não seja possível apurar a volatilidade dos últimos cinco anos para efeitos do disposto no número anterior através de um histórico adequado, deve-se proceder ao respetivo cálculo com base nos elementos que a seguir se indicam, sucessivamente subsidiários:

a) Na rendibilidade do fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo Vida ou do fundo de pensões quanto ao período relativamente ao qual se apresenta um histórico adequado; ou

b) Na rendibilidade do parâmetro de referência ou de uma carteira com perfil e composição semelhante, com referência ao período relativamente ao qual o fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo Vida ou fundo de pensões não apresente histórico adequado.

3 — Para efeitos do número anterior, considera-se uma não apresentação de histórico adequado, relativamente a um fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo Vida ou fundo de pensões, sempre que se verifique que:

a) O referido fundo autónomo ou o fundo de pensões tenha sido constituído há menos de cinco anos; ou

b) O referido fundo autónomo ou o fundo de pensões tenha tido, nos últimos cinco anos, uma alteração substancial na sua política de investimento, com impacto no seu perfil de risco.

Artigo 6.º

Prazos e forma de envio

1 — A informação prevista nas alíneas *a)*, *c)*, *d)*, *e)* e *g)* do n.º 1 e no n.º 4 do artigo 2.º deve ser reportada através da utilização do PortalASF residente em www.asf.com.pt:

- a)* Até à data de início de comercialização de um novo PPR; e
- b)* Até à data da entrada em vigor de alterações às condições contratuais previstas para os PPR em comercialização.

2 — A informação prevista nas alíneas *b)*, *e)*, *f)* e *g)* do n.º 1 do artigo 2.º deve ser reportada anualmente, através da utilização do PortalASF, até ao dia 15 de abril.

3 — A informação prevista no n.º 4 do artigo 2.º deve ser reportada até ao início de comercialização de um novo PPR, bem como até à data de entrada em vigor de alterações às condições contratuais previstas para os PPR em comercialização.

Artigo 7.º

Responsabilidade pelo conteúdo da informação

1 — A informação reportada pelas empresas de seguros e pelas sociedades gestoras de fundos de pensões nos termos da presente norma regulamentar, a disponibilizar no sítio da ASF na Internet, é da exclusiva responsabilidade das referidas entidades.

2 — Sobre a ASF não recai qualquer responsabilidade referente a erros ou omissões na informação divulgada, exceto quando resultem do processo de recolha e disponibilização da informação.

Artigo 8.º

Disposição transitória

A informação respeitante aos PPR prevista na presente norma regulamentar é divulgada a partir de 31 de dezembro de [...], devendo as empresas de seguros e as sociedades gestoras de fundos de pensões reportar à ASF até essa data os elementos necessários para o efeito.

Artigo 9.º

Norma revogatória

É revogada a Norma Regulamentar n.º 15/2008-R, de 4 de dezembro, alterada pela Norma Regulamentar n.º 11/2009-R, de 30 de julho.

Artigo 10.º

Remissão

Sempre que as disposições de normas regulamentares emitidas pela ASF remetam para os preceitos ora revogados, entende-se que a remissão é feita para as correspondentes disposições do presente regime.

Artigo 11.º

Entrada em vigor

A presente norma regulamentar entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Anexo I

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º]

1. Comissão de subscrição

$$\text{Comissão de subscrição (máx)} = \frac{\text{Total Encargos (máx)}}{\text{Entrega}}$$

$$\text{Comissão de subscrição (mín)} = \frac{\text{Total Encargos (mín)}}{\text{Entrega}}$$

Entrega – Considere-se, para efeitos de cálculo, o valor à data da subscrição antes de qualquer dedução, por exemplo, 1 000,00 €.

Total Encargos – Considere-se, para efeitos de cálculo, o valor a deduzir ao valor da Entrega, tomando, como exemplo, o total dos encargos a aplicar sobre uma Entrega de 1 000,00 €.

2. Comissão de transferência

$$\text{Comissão de transferência (máx)} = \frac{\text{Total Encargos (máx)}}{\text{Valor a transferir}}$$

$$\text{Comissão de transferência (mín)} = \frac{\text{Total Encargos (mín)}}{\text{Valor a transferir}}$$

Valor a transferir – Considere-se, para efeitos de cálculo, um valor do plano poupança antes de qualquer dedução, por exemplo, 1 000,00 €.

Total Encargos – Considere-se, para efeitos de cálculo, o montante a deduzir ao valor do plano poupança à data da transferência, tomando, como exemplo, o total dos encargos a aplicar sobre o Valor a transferir de 1 000,00 €.

3. Comissão de reembolso

$$\text{Comissão de reembolso (máx)} = \frac{\text{Total Encargos (máx)}}{\text{Valor de reembolso}}$$

$$\text{Comissão de reembolso (mín)} = \frac{\text{Total Encargos (mín)}}{\text{Valor de reembolso}}$$

Valor de reembolso – Considere-se, para efeitos de cálculo, um valor do plano poupança antes de qualquer dedução, por exemplo, 1 000,00 €.

Total Encargos – Considere-se, para efeitos de cálculo, o montante a deduzir ao valor do plano poupança à data do reembolso, tomando, como exemplo, o total dos encargos a aplicar sobre o Valor de reembolso de 1 000,00 €.

Anexo II

[a que se refere o n.º 4 do artigo 2.º]

Ficha Individual Padronizada

A Ficha Individual Padronizada deve conter a informação adequada ao completo esclarecimento dos detalhes relativos à aplicação das comissões, às eventuais garantias de rendibilidade e aos sistemas de participação nos resultados, nomeadamente no que respeita às respetivas fórmulas de cálculo e à base de incidência.

A Ficha Individual Padronizada deve seguir a seguinte estrutura:

1.	Identificação do PPR
a.	Empresa de seguros / Sociedade gestora de fundos de pensões
b.	Forma do fundo que financia o PPR (fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo Vida não ligado a fundos de investimento / fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo Vida ligado a fundos de investimento / fundo de pensões)
c.	Designação comercial do PPR
d.	Código do produto / Número do fundo de pensões
e.	Data de início da comercialização
f.	Data de fim da comercialização
2.	Comissões (contratualmente estipuladas, incluindo a indicação da base de incidência)

a. Comissão de subscrição
b. Comissão de gestão
c. Comissão de depósito (quando aplicável)
d. Comissão de transferência
e. Comissão de reembolso
3. Garantias de rendibilidade e/ou capital
4. Participação nos resultados (quando aplicável)
5. Perfil do Participante
Data da última atualização da Ficha Individual Padronizada

1 — O indicador de risco divulgado deve também ser complementado com uma explicação de cariz textual, indicando de forma expressa qual a classe de risco obtida.

2 — A explicação textual indicada no número anterior deve conter a descrição sucinta do perfil do participante para o qual a opção de investimento é adequada, tendo em conta a capacidade para suportar perdas de investimento, as respetivas necessidades, os objetivos e características e, ainda, os ativos financeiros subjacentes à política de investimento.

Anexo III

[a que se refere o n.º 3 do artigo 4.º]

$$\text{Rendibilidade} = \frac{UP_f}{UP_i} - 1$$

Para efeitos da fórmula anterior, é de considerar:

- a) UP_f – Valor da unidade de participação no final do período de referência;
- b) UP_i – Valor da unidade de participação no início do período de referência.

O cálculo da rendibilidade anualizada deve ter por base a seguinte fórmula:

$$\text{Rendibilidade anualizada} = (1 + \text{Rendibilidade})^{\frac{m}{n}} - 1$$

Para efeitos da fórmula anterior, m é igual ao número de períodos no ano, sendo igual a 365 (ou 366), 52 ou 12 para dados diários, semanais ou mensais, respetivamente, e n é igual ao número de dias, semanas ou meses do período de referência da rendibilidade utilizada.

Anexo IV

[a que se refere o n.º 1 do artigo 5.º]

A métrica utilizada para efetuar a avaliação de risco deve ser a volatilidade de cada fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo Vida ligado a fundos de investimento ou fundo de pensões, a qual é calculada com base na respetiva rendibilidade mensal.

Apenas devem ser divulgadas volatilidades anualizadas, as quais devem ser calculadas nos seguintes termos:

$$\text{Volatilidade} = \sigma_f = \sqrt{\frac{12}{59} \sum_{t=1}^{60} (r_t - \bar{r})^2}$$

Para efeitos da fórmula anterior, a rendibilidade (r_t) deve ser calculada durante 60 intervalos com a duração de 1 mês para um período de cinco anos, onde $\bar{r}$ é a média aritmética das taxas de rendibilidade mensal ao longo de 60 períodos, não considerando comissões de subscrição e reembolso, conforme a fórmula seguinte:

$$\bar{r} = \frac{1}{60} \sum_{t=1}^{60} r_t$$

Uma vez obtida a volatilidade de cada fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo Vida ligado a fundos de investimento ou fundo de pensões, a avaliação de risco é efetuada pela classificação daquela numa das classes de risco que de seguida se indicam:

Classe de Risco	Intervalo de volatilidade	
	≥	<
1	0%	0,5%
2	0,5%	2%
3	2%	5%
4	5%	10%
5	10%	15%
6	15%	25%
7	25%	-